

# **Câmara Municipal de Votorantim**

---

**Projeto de Lei nº 017/73**

**Autoria do Senhor Prefeito Municipal**

**Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N.º

126/73 - C. M.

Votorantim, 17 de maio de 1973.

Excelentíssimo Senhor:

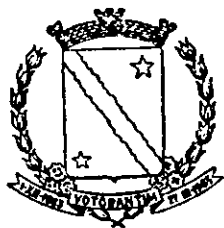
Temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei, dispondo sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O crédito de que trata o artigo 1º do Projeto, no montante de Cr\$ 400.000,00 ( quatrocentos mil / cruzeiros ), destina-se a suplementar duas verbas distintas constantes do Orçamento, no valor de Cr\$ 200.000,00 ( duzentos mil cruzeiros ), cada uma.

Trata-se Senhor Presidente de reforço necessário para complementação de desapropriações para alargamento e abertura de ruas e avenidas, ao par de aquisições de terrenos para implantação de indústrias novas e transferências das já existentes no Município.

Quanto ao primeiro caso, é nossa pretensão concluir as desapropriações na Avenida Reverendo José Manoel da Conceição, afim de que se possa dotar tão importante via pública de pavimentação e demais melhoramentos, definindo-se a sua posição dentro dos preceitos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

No que se refere a terrenos para indústrias, pretendemos desapropriar novas áreas onde se possam instalar as indústrias de Mão-de-Obra a terceiros (Fações) tão generalizadas em nossa cidade e que merecem de nossa parte uma especial atenção, já que as mesmas funcionando em



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N.º 126/73 - C. M.

fls. 2

zonas impróprias, têm causado transtornos vários à obreira população votorantinense, exigindo mesmo e sem maior delonga uma pronta interferência dos poderes Públicos Municipais, no sentido de serem sanados os transtornos que as mesmas tem / causado.

Face ao interesse público e a urgência de que o assunto se reveste, solicitamos seja o presente Pro jeto apreciado e processado nos termos do parágrafo 1º do / Artigo 26 da Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969 ( Lei Orgânica dos Municípios ).

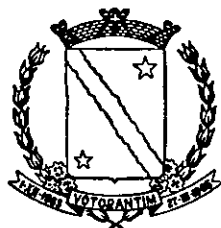
Sendo o que se nos oferece, prevalecemos do ensejo para reiterar a Vossa Excelência, os protestos da nossa sempre elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

  
ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador DOMINGOS METIDIERI FILHO  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
VOTORANTIM



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº       /      

Dispõe sôbre abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, ERINALDO ALVES DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional, no valor de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) destinado a suplementar as seguintes verbas orçamentárias:

343 4110 94 I - Obras Públicas - Desapropriações - Ruas e Avenidas	Cr\$ 200.000,00
343 4110 99 VI - Obras Públicas- Incentivos à novas Indústrias	Cr\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do presente crédito suplementar, serão fornecidos pelas anulações totais das seguintes verbas do orçamento vigente:

343 4110 - 96 - II - Obras Públicas - Construção do Mercado Municipal	Cr\$ 350.000,00
343 4110 99 - III - Obras Públicas - Construção do Prédio da Câmara Municipal	Cr\$ 50.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 2

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Votorantim, em 17 de maio de 1973 - IX ANO DA EMANCIPAÇÃO.

ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

RECEBI

Votaramos, 21 de 5 de 1973

*[Signature]*

A Consultoria Jurídica e Comissões

S. Sessões, 22 de 5 de 1973

*[Signature]*  
PRESIDENTE

A Comissão de Justiça

Devolvido  
Presidente *[Signature]*

Comissão Financeira

Devolvido  
Presidente *[Signature]*

EM DISCUSSÃO

Votaramos, 22 de 6 de 1973

*[Signature]*  
Presidente da Câmara

*única*

REJEITADO

S. Sessões, 22 de 6 de 1973

*[Signature]*  
PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 17/73

Comissão de Justiça e Redação

Parecer nº 1 /

Temos para parecer o projeto em tela.

A matéria objeto do mesmo é legal.

Permitimo-nos contudo uma análise no mérito.

Francamente, não podemos aceitar os argumentos usados por sua Ex<sup>a</sup>. o Alcaide do Município.

Suas justificativas aos projetos tem sempre o interesse do povo como meta, dando a todos a nitida impressão de que ês se é o seu maior cuidado. Na prática, porém, tudo ocorre / de maneira diversa.

Não faz muito, elementos vinculados a administração, manda ram que viesse a nossa procura um Senhor que aqui opera / com facção, dizendo-nos culpados pela situação.

Não foi ninguém desta Casa que em plena vigência do Plano/ Diretor permitiu que em Zona Residencial se instalasse mais tranquilamente, facção, e impediu outros, unica e exclusiva mente por saber do colorido politico de cada um.

Depois é preciso reformular as leis que concedem benefícios às indústrias que queiram se instalar. O Município está o ferecendo demais para um quase nada de retribuição.

A comissão da qual fazem parte elementos que nada tem a ha ver com os cargos exigidos para sua composição, mas que es tá a mando do Senhor Prefeito, não cuida como devia dos por menores, e se tornam distribuidores das coisas do povo.

Permitimo-nos a esta digressão para situar bem o problema/ e alertar nossos pares para os fatos que se originarão da/ aprovação.

No mérito, até que o Prefeito traduza em atos, efetivamen te, suas palavras de justificativas, somos pela rejeição .

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator Supercio Mariano da Silva

Francisco Munhoz  
Membro Francisco Munhoz

Membro

C Â M A R A M U N I C I P A L D E V O T O R A N T I M

Projeto de nº 17/73

Comissão de Justiça e Redação

Parecer nº 2 /

Temos para parecer o projeto supra.

Analisando detidamente somos de entendimento que óbice algum de ordem legal existe.

Contrariando ao voto do Relator, opinamos pela aprovação do referido projeto, votando em separado.

Êste é o nosso parecer.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro Itagyba Loureiro de Mello



CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

Projeto de Lei nº 17 / 73

Comissão de Finanças e Orçamento

Parecer nº 3 /


Temos para parecer o projeto em tela.  
Acompanhamos o parecer da Comissão de  
Justiça e Redação.

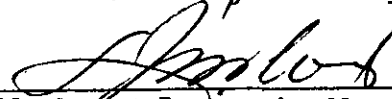
Opinamos pela sua rejeição.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator  Georgino Marques Dias

Membro  Lupercio Mariano da Silva

Membro

C Â M A R A M U N I C I P A L D E V O T O R A N T I M

Projeto de Lei nº 17/73

Comissão de Finanças e Orçamento

Parecer nº /

*Temos para parecer o projeto supra.*

*Nada a opor.*

*Opinamos pela sua aprovação.*

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator Itagyba Loureiro de Mello

Membro

Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

Projeto de Lei nº 17/73

Comissão de Finanças e Orçamento

Parecer nº 4 /

Temos para parecer o projeto supra.  
Nada a opor.  
Opinamos pela sua aprovação.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro Itagyba Loureiro de Mello